



Célio Azevedo

APELO EM FAVOR DA MATA ATLÂNTICA

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu ontem rapidez na aprovação do projeto de lei que trata da preservação da Mata Atlântica, cuja vegetação alcança hoje apenas 7% de seu território original. A ministra foi um dos partici-

pantes de ato público no Senado em comemoração do Dia Nacional da Mata Atlântica. Outra presente, a líder do PT, senadora Ideli Salvatti, garantiu que o governo tem compromisso com a aprovação do projeto.

Página 5

CELEBRAÇÃO Ambientalistas, Marina Silva e Ideli Salvatti participam do Dia Nacional da Mata Atlântica

Senado aprova indenização a famílias de vítimas da ditadura



Marcos Mariz

Beneficiários são parentes de pessoas assassinadas em passeatas ou que se mataram depois de ser torturadas

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que amplia, para efeito de indenização pelo governo, as situações que podem ser definidas como mortes decorrentes de perseguição política durante o regime militar pós-64. Com isso, haverá reparação às famílias de pessoas que se mataram depois de torturas na prisão ou antes dela, por medo. A indenização será estendida também a parentes de mortos em passeatas de protesto contra o regime militar. Após a aprovação, a pauta de votações do Senado continuou obstruída por outras quatro medidas provisórias, cujos prazos de tramitação já estão se esgotando, o que exige sua apreciação antes de quaisquer outras matérias. A mais antiga delas, e com prioridade de votação, já está na pauta do Plenário há uma semana e as outras três chegaram ontem à tarde.

OBSTRUÇÃO Mesmo com a votação da MP sobre indenização a famílias de vítimas da ditadura, a pauta do Plenário continua trancada por mais quatro medidas

Página 3

Desburocratização na aposentadoria

Para se aposentar, quem tiver cumprido o tempo de serviço só precisará apresentar carteira de identidade. Projeto que libera o trabalhador da apresentação de uma série de documentos destinados a comprovar relações empregatícias e remuneração foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. O projeto segue agora para decisão pelo Plenário.

Página 7



José Cruz

Comissão acolhe indicações para três embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou os nomes de três diplomatas para as embaixadas brasileiras na Suécia, Ordem de Malta e Romênia. As indicações serão agora examinadas pelo Plenário.

DIPLOMATAS Maciel (de pé, à direita) cumprimenta Oto Agripino Maia. Hildebrando Valladares (D), ao lado de Suplicy, fala à CRE

Página 8



Genivaldo Magalhães

MANOBRA Para Tebet, é inadmissível que os deputados cedam à pressão dos estados ricos

Tebet critica manobra para atrasar reforma tributária

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) protestou contra a manobra que estaria sendo promovida por governadores de estados mais ricos da Federação e por setores do governo federal para retardar a aprovação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. Ele considera inadmissível que os deputados cedam às exigências dos estados mais fortes, que alegam perda de receitas.

– Uma reforma que atenda aos interesses da Federação deve olhar para os municípios e pensar nos estados, mas, sobretudo, diminuir as desigualdades regionais e sociais. Também deve reduzir a carga tributária, porque é comprovado que nosso país detém a maior carga tributária do mundo – afirmou Tebet.

Na avaliação do senador, retirar do texto dispositivos como o que assegura alíquota zero para a importação de insumos e matérias-primas de fertilizantes seria um retrocesso. Ele comentou que o acordo que está sendo feito na Câmara impedirá que a proposta seja chamada de reforma tributária.

José Jorge quer normas para ONGs

■ Senador pede rapidez no exame de projeto que regulamenta criação e fiscalização dessas entidades

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu ontem que seja logo aprovado o projeto (PLS 7/03) que regulamenta a criação e a fiscalização das organizações não-governamentais (ONGs). A matéria está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem como relator o senador César Borges (PFL-BA). “Precisamos priorizá-lo para tentar coibir essa verdadeira festa com recursos públicos”, afirmou.

José Jorge lembrou que as transferências sem licitação de



Roosevelt Pinheiro

ALERTA Transferências diretas de recursos são “ralos de corrupção”, afirma José Jorge

recursos da União para as organizações chegaram a R\$ 1,226 bilhão em 2003. “Isso é um verdadeiro ralo de corrupção”, comentou. Com base em dados divulgados pela imprensa, o senador acrescentou que o Mi-

nistério da Saúde transferiu R\$ 251,8 milhões para essas entidades no ano passado.

– Até o gabinete da Presidência liberou R\$ 85 milhões para várias ONGs, entre elas a Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis, que recebeu R\$ 49,9 mil para um balcão de cidadania – assinalou.

O parlamentar chamou a atenção para a ONG Ágora, que está sendo investigada por utilizar notas fiscais de empresas fantasmas para justificar gastos de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). José Jorge assinalou que o dono da Ágora, Mauro Dutra, é empresário e militante do PT do DF. Além disso, continuou o senador, Dutra é amigo do presidente da República, arrecada recursos para suas campanhas e

é fornecedor do governo, por meio do Grupo Novadata.

José Jorge quer saber por que, mesmo condenada por irregularidades no pagamento de verbas trabalhistas a ex-dirigentes e com suas contas ressaltadas pelo TCU, a Ágora tenha firmado contrato com o Ministério do Trabalho, que lhe rendeu R\$ 7,5 milhões do FAT.

Para Ney Suassuna (PMDB-PB), a situação piorou desde o final da CPI das ONGs. Flávio Arns (PT-SC) observou que existem ONGs que “merecem fiscalização especial”. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou não saber que ONG tinha dono e sócios e Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, no Código Penal, não existe a possibilidade de uso de notas frias para acertar contabilidade.

Agenda

Plenário realiza sessão a partir das 9h

A sessão plenária de hoje, com início previsto para as 9h, será não deliberativa, destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros

oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Paulo Elifas (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PDT-RR).

Congresso sedia exposições culturais

Continua no Salão Negro do Congresso a exposição *Tesouro dos Mapas*, com cartas e objetos náuticos dos séculos 16 e 17. A mostra pode ser visitada de terça a sexta, das 9h30 às 17h30; e sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h. No Gabinete de Arte, espaço recém-inaugurado na Presidência da Câmara, estão expostas obras do artista Athos Bulcão (foto). Visitas de sexta a segunda, das 9h às 17h.



Zabé da Loca na TV Senado

O *Espaço Cultural*, programa da TV Senado, apresentado aos sábados, às 21h30, conclui a série “Da idade do mundo”. No programa de amanhã será mostrado o *show* da flautista Zabé da Loca, de 80 anos, considerada a rainha do Pife.

Verissimo no Escala Brasileira

O programa de entrevistas da Rádio Senado *Escala Brasileira* de amanhã, às 20h, tem como convidado o escritor e saxofonista Luis Fernando Verissimo. Ele fala da carreira de cronista e toca algumas músicas de sua preferência.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



Roosevelt Pinheiro

DESVIO De acordo com Reginaldo, recursos da Cide estão sendo retidos pelo governo

Governo deve recuperar as rodovias, cobra Reginaldo

O senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) cobrou investimentos imediatos na recuperação de estradas federais, especialmente no Ceará, e acusou o governo de desviar recursos dessa finalidade para fazer caixa e pagar juros da dívida com os bancos internacionais. Segundo ele, foram arrecadados cerca de R\$ 8 bilhões com a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), recursos que, por lei, deveriam ser aplicados na infra-estrutura rodoviária, mas estão retidos para compor o superávit primário.

Reginaldo destacou que, de acordo com dados do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), 92,5% das estradas federais que cruzam o Ceará são classificadas no nível “péssimo”. O senador advertiu para os prejuízos e os perigos que resultam da má-conservação de estradas.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

AVISO Arthur Virgílio anuncia que PSDB vai obstruir matérias de interesse do governo

Virgílio desafia José Dirceu a medir forças com o Senado

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), desafiou o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, a medir forças políticas com o Senado. Para ele, o ministro tem demonstrado arrogância ao lidar com os temas em debate no Congresso e quer mostrar um poder que já não teria. Virgílio referia-se, conforme disse, a entrevista recente do chefe da Casa Civil, a seu ver, em tom arrogante.

– Vou responder agora a José Dirceu. Cale a boca e não se manifeste mais nesse tom em relação ao Congresso. Quero colocar de maneira tranqüila uma advertência ao governo. Podem até aprovar alguma coisa no Senado contra a nossa

vontade. Mas vamos nos colocar, caso o ministro siga querendo fingir exercer um poder que não tem – alertou Arthur Virgílio.

O parlamentar advertiu que o PSDB irá obstruir e usar todos os meios legítimos para impedir a aprovação de matérias que sejam de interesse do governo, se prevalecer a postura do ministro José Dirceu.

– O governo é humilde antes das votações, é desesperado durante as votações e é arrogante depois, dizendo que fez sozinho o que não fez. Mas o ministro José Dirceu, essa figura stalinista fora de moda, engula o que estou dizendo. Ele não manda no Congresso, não é articulador político e não controla o PSDB e a oposição – continuou, ressaltando que o ministro não poderia tratar dos temas em tramitação na Casa.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) ponderou que, como cidadão, o ministro tem o direito de tratar de qualquer tema, ainda que não possa impor nada ao Congresso.

Ao responder à líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), que defendeu o governo, Arthur Virgílio disse que o PSDB tem cooperado na votação das matérias de interesse do governo, mas que seu partido é integrado por pessoas que “têm sangue nas veias”. E reafirmou que essa postura mudará a partir de agora.

Ideli pede continuidade do entendimento partidário

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), pediu que o relacionamento entre oposicionistas e governistas volte ao clima de entendimento que dominou a conversa das lideranças partidárias no gabinete do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), no início da tarde de ontem, em torno do andamento dos trabalhos no mês de junho.

Ela se pronunciou após discurso do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que anunciou a intenção da oposição de obstruir as votações em função de entrevista do ministro da Casa Civil, José Dirceu. Para Ideli, a principal tarefa dos parlamentares é legislar, e é pelas responsabilidades assumidas que a população vai avaliar não só o governo, mas também os parlamentares.

– A responsabilidade que nós temos com as votações é de to-



Roosevelt Pinheiro

RESPONSABILIDADE Ideli diz que cobranças devem ser compatíveis com a história

dos nós, não é somente do governo, mas também da oposição – advertiu.

Ideli afirmou que tem tentado contemporizar as relações entre governo e oposição. Mas observou que, se fosse para acirrar os ânimos, teria “mais de uma dezena de discursos” para demonstrar que os oposicionistas não têm ajudado. Ela destacou que a oposição tem feito cobranças ininterruptas ao governo, “no que exerce seu direito legítimo”, mas as cobranças “devem ser compatíveis com a história, com o que já se fez ou deixou de se fazer pela população”.

Senado amplia indenização às vítimas da ditadura

Plenário decide reparar famílias de pessoas que se mataram antes da prisão ou após as torturas

O Plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, a medida provisória (MP 176/04) que amplia, para efeito de indenização pelo governo federal, as situações que podem ser definidas como mortes decorrentes de perseguição política durante o regime militar pós-64. Com isso, haverá indenização às famílias de pessoas que se mataram depois de serem torturadas ou antes de serem presas. A indenização será estendida também a parentes de mortos durante passeatas de protesto contra o regime militar.

Após a aprovação, a pauta de votações do Senado continuou obstruída por outras quatro medidas provisórias, cujos prazos de tramitação já estão se esgotando, o que exige sua apreciação antes de quaisquer outras matérias. A mais antiga delas, e com prioridade de votação, já está na pauta do Plenário há uma semana e as outras três chegaram na tarde de ontem. Ainda não há acordo entre governistas e oposicionistas sobre a primeira MP da fila, que altera o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante.

A medida provisória sobre a indenização política, que agora vai à promulgação, só foi votada porque os líderes partidários concordaram com uma sugestão do senador Efraim Moraes (PFL-PB) de adiar o exame das matérias que viriam depois, mesmo após o início da ordem do dia. Efraim estava



Roosevelt Pinheiro

PASSO FINAL Valadares afirma que MP encerra período triste da história brasileira

disposto a pedir verificação de quórum, o que poderia derrubar a votação.

O relator-revisor da MP 176/04, senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), informou ao Plenário que 106 requerimentos de indenização, protocolados na Comissão Especial da Anistia, não podiam ser atendidos porque a legislação não mencionava os casos de suicídio e mortes em passeatas.

– Esta medida provisória talvez seja um dos últimos passos para que o Brasil encerre de uma vez por todas um capítulo triste da nossa história. Em outras palavras, esta medida provisória reconhece novamente que o Estado brasileiro desrespeitou a dignidade humana – assinalou Valadares.

Ele destacou que esta é a terceira vez que o governo altera a legislação da anistia e indenização a familiares de perseguidos políticos – as duas primeiras foram feitas no governo passado. Disse ainda que o orçamento da União está reservando R\$ 10 milhões para o assunto, sendo R\$ 9 milhões para indenizações e R\$ 1 milhão para diligências de busca e identificação de mortos, inclusive com exames de DNA.



Moreira Manz

DEMOCRACIA Heloísa Helena observa que país respira total liberdade de expressão

Durante a discussão da MP, o senador Efraim Moraes anunciou que a partir de agora pedirá verificação de quórum em todas as votações do Senado até que o governo altere as condições previstas na medida provisória que autorizou a renegociação das dívidas dos pequenos e médios agricultores. Ele informou que as condições são muitas severas e muitos terão de vender as terras para quitar suas dívidas.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) pediu ao governo que libere as verbas para as indenizações já decididas pela Comissão Especial da Anistia, mas não pagas. Heloísa Helena (sem partido-AL) ponderou que o Brasil respira total liberdade de expressão e crítica graças às pessoas que ousaram enfrentar o regime militar.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) lembrou as ações do governo passado, do qual foi líder no Congresso, que permitiram reconhecer como mortas as pessoas desaparecidas por envolvimento em atividades políticas. Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC) também destacaram a justiça da medida provisória.

Congresso derruba 29 dos mais de cem vetos desde o governo Itamar

A Mesa do Senado informou ontem que, dentre os mais de cem vetos da Presidência da República, desde o governo Itamar Franco, os senadores e deputados, reunidos em sessão conjunta do Congresso na quinta-feira da

semana passada (20), derrubaram 29. Votaram 298 deputados e 57 senadores.

Alguns dos vetos não obtiveram quórum para votação e serão incluídos em pauta para votação posterior. Os itens 119 e 135 foram declarados

prejudicados, sendo aberto o prazo de dois dias úteis para imposição de recurso quanto à decisão.

A apuração foi processada pelo Prodasen e a votação dos vetos presidenciais foi feita por meio de cédula única.



Gerardo Maggela

ESTATÍSTICA Segundo Leonel Pavan, governo Lula edita 5,12 medidas provisórias por mês

Pavan conclama Legislativo a coibir abuso de MPs

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) conclamou o Poder Legislativo a tomar providências urgentes contra o uso indiscriminado de medidas provisórias (MPs) por parte do Executivo, o que tem prejudicado bastante o trabalho legislativo.

– A atual hipertrofia do Executivo, promovida com especial zelo pelos atuais governantes, não prejudica apenas o Senado e a Câmara dos Deputados, mas sobretudo o país, com o empobrecimento do debate político e a insegurança jurídica advinda da profusão legislativa, emanada do Planalto – argumentou.

Ele reconheceu que todos os governos anteriores, inclusive Fernando Henrique Cardoso por oito anos, se valeram das MPs em momentos discutíveis, mas afirmou que nenhum presidente chegou ao paroxismo do governo Lula, que ostenta a “nada invejável” média de 5,12 MPs por mês.

Segundo Pavan, as alterações promovidas pela Emenda Constitucional 32/01 (que modificou as regras de tramitação das MPs) não foram suficientes para restaurar a harmonia e a interdependência entre os Poderes. Ao contrário, disse, geraram o constrangimento adicional dos trancamentos de pauta que também congestionam os trabalhos legislativos.

O senador lembrou que o presidente Lula, na campanha eleitoral, prometeu acabar com a banalização das MPs, limitando sua edição a assuntos urgentes e relevantes. Isso não aconteceu e o resultado é o esvaziamento da atribuição de legislar, que, por definição, é atividade feita ao Poder Legislativo, observou.

Para Pavan, é fundamental que se discutam mecanismos para coibir os abusos que aviltam os parlamentares.

Mercadante: Congresso pode estimular crescimento

Votação de projetos importantes deverá contribuir para estabilizar a economia, afirma senador

Ao anunciar que a economia brasileira cresceu 2,7% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo trimestre de 2003, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) opinou que o Congresso pode contribuir para a manutenção da estabilidade econômica e para que os números da economia melhorem ainda mais. Nesse sentido, ele defendeu a aprovação de projetos como o de estímulo à habitação popular, o das parcerias público-privadas, o da nova Lei de Falências, o da Lei de Biossegurança, e as reformas tributária e do Judiciário.

– Com medidas que barateiem e ampliem o crédito, que dêem segurança aos investimentos estruturais público-privados e que garantam a redução do *spread* bancário, teremos resultados mais consistentes e poderemos enfrentar as turbulências financeiras internacionais provocadas pelo aumento do preço do petróleo e pela possibilidade de os Estados Unidos ampliarem sua taxa de juros – afirmou Aloizio



Moreira Mariz

OTIMISMO Mercadante diz que economia cresceu 2,7% no trimestre em relação a 2003

Mercadante.

Segundo o líder do governo no Senado, os dados sobre a economia divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o país cresceu pelo terceiro trimestre consecutivo. Ele explicou que esse crescimento foi puxado principalmente pelo agronegócio, que teve um aumento de 6,4% nos primeiros três meses deste ano (comparado com o mesmo período de 2003), e pela indústria de transformação, que, seguindo a mesma comparação, teve uma ampliação de 6%.

Por outro lado, Mercadante registrou que a construção civil continuou apresentando uma taxa negativa, de –2,3%,

embora tenha sido detectada uma certa recuperação, já que no ano passado o setor apresentou um resultado de –8,5%. O senador petista avaliou que, se o país mantiver os percentuais registrados na agricultura e na indústria de transformação e também avançar na construção civil, ao fim do ano poderá apresentar um resultado melhor do que o previsto, que é um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3,5%.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) assinalou que, apesar de o crescimento do Produto Interno Bruto anunciado pelo IBGE ter sido melhor do que o previsto pela maioria dos analistas de mercado, os números ainda estão aquém do desempenho da economia da grande maioria dos países emergentes.

Já o senador Alberto Silva (PMDB-PI) cumprimentou Mercadante pela clareza com que mostrou as possibilidades de o Brasil voltar a crescer de maneira mais expressiva e com percentuais sustentáveis.

Alberto Silva também sustentou que sua proposta de criar uma câmara de gestão para solucionar o problema das estradas brasileiras – elogiada por Mercadante – poderá tirar o país da situação atual e ainda gerar 1 milhão de empregos.



Roosevelt Pinheiro

PESQUISA “Quem planta, colhe. Lula, pelos dados do Datafolha, beira 20% de apoio”

Mão Santa elogia artigo de Brizola sobre governo Lula

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou seu apoio ao artigo em que o ex-governador Leonel Brizola afirma que o presidente argentino Néstor Kirchner, sem prometer um espetáculo do crescimento, depois de um ano de governo tem o apoio de 80% dos argentinos, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva é apoiado apenas por 25% dos brasileiros, segundo pesquisa Datafolha.

– Quem planta, colhe. Lula, pelos dados do Datafolha, beira 20% de apoio. A Argentina cresce 10% ao ano, consegue reduzir o desemprego gigante que enfrenta, enquanto aqui o nível do emprego cai e o PIB patina próximo do zero.

Mão Santa observou que, enquanto o governo Kirchner endureceu com o Fundo Monetário Internacional (FMI), como o fizeram os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek no Brasil, “Lula amoleceu e se entregou aos banqueiros internacionais”.

O senador piauiense afirmou que, contrariando Rui Barbosa, que recomendava dar-se primazia ao trabalho e ao trabalhador, deixando em segundo plano a riqueza, o governo Lula fez o contrário.

– O governo Lula inverteu. Ele entregou-se, ajoelhou-se, humilhou-se, vendeu-se aos banqueiros. Por que Tiradentes foi enforcado? Porque combateu a derrama, os impostos altos – destacou.

O senador afirmou que, em 1970, o brasileiro trabalhava doze meses ao ano, destinando o ganho de apenas um mês de trabalho ao governo. Agora, disse, dos doze meses trabalhados ao ano, o brasileiro dá o ganho de cinco meses para o governo. “E o governo não oferece nada de volta. O governo está reprovado. Não é Fome Zero, não. É governo zero.”

Efraim discorda das “teorias” do senador

O senador Efraim Morais (PFL-PB) discordou ontem do que ele chamou de “teorias do senador Mercadante” a respeito de um crescimento econômico que estaria ocorrendo no país.

– Como é que a economia está crescendo se ontem o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) disse que o Brasil atingiu o maior índice de desemprego da sua história, 13,1%? – indagou.

Efraim também citou outras notícias divulgadas pela imprensa dando conta de que as indústrias de São Paulo tiveram uma queda de 6,1% nas vendas e os títulos da dívida brasileira sofreram novo rebaixamento no valor de mercado. Além disso, lembrou que o Banco Central divulgou dados demonstrando que perdeu R\$ 2,87 bi-



Moreira Mariz

DÚVIDA “Como é que a economia cresceu se o desemprego é o maior da história do país?”

lhões em operações de compra de dólares para garantir a estabilidade cambial do real.

– Veja bem, o governo quer arrecadar R\$ 1 bilhão com a taxa dos inativos. O Banco Central perdeu três vezes o que o governo quer arrecadar dos inativos – assinalou.

O senador ainda reafirmou seu apoio às reivindicações do

senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), para que o governo edite medida provisória estendendo o prazo final (31 de maio) para que produtores renegociem suas dívidas (prestações em atraso) com o crédito rural. Efraim avisou que ou o governo atende essa reivindicação ou a bancada nordestina passará a pedir verificação de quórum em todas as sessões deliberativas.

– Sou homem de muita fé, mas acreditar nesse governo está difícil. Com a PEC paralela, minha única fé agora é no Supremo Tribunal Federal. Espero que o governo entre num entendimento. O governo festeja a política externa, mas precisamos de política interna para o povo que acreditou nas promessas desse governo do PT – concluiu.

Luis Fernando Verissimo fala na Rádio Senado sobre música

A Rádio Senado apresenta amanhã, às 20h, no programa *Escala Brasileira*, entrevista com o escritor Luis Fernando Verissimo. O *Escala*, que sempre realiza entrevistas com músicos brasileiros, desta vez vai apresentar um escritor que é saxofonista. Verissimo nasceu em 26 de setembro 1936, em Porto Alegre (RS). Filho do escritor Érico Verissimo, estudou música durante a temporada que a família passou nos Estados Unidos e até hoje não se separa do seu saxofone.

Ele conta à Rádio Senado como ia para Nova York, na época da Segunda Guerra Mundial, com pouco dinheiro, ouvir os mestres do jazz Dizzy Gillespie e Charlie Parker, entre outros. No programa, ele também aborda seu livro *Ban-*

quete com os Deuses, explorando referências musicais incluídas no texto.

Jornalista desde 1966, quando foi editor de variedades, Verissimo foi redator, editor nacional e internacional e trabalhou também como tradutor.

Em 1975, o sucesso de sua coluna garantiu o lançamento, naquele ano, do livro *A Grande Mulher Nua*. Para a TV, redigiu textos para os programas *Planeta dos Homens* e *Comédias da Vida Privada*, entre outros.

Os discos do Verissimo músico são verdadeiras raridades, por isso o programa é uma oportunidade de os ouvintes se deleitarem com as interpretações de Verissimo para *Bar Brasil*, *Perdido*, *Wave*, *Embraceable you*, *Sophisticated lady*, *As time goes by*, *Corcovado* e *Ocean*.



Genádio Magalhães

APOIO Romeu Tuma comparece à assinatura de convênio com a Casa Civil da Presidência



Jone de Araújo

COMPROMISSO Agaciél observa que Senado contribui para melhoria do serviço público

ILB e Unilegis vão treinar funcionários da Casa Civil

Depois de atender, somente no ano passado, mais de 2.400 servidores públicos em cursos de aperfeiçoamento, aprendizagem e treinamento, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) abre agora a possibilidade de crescimento profissional também para os funcionários da Casa Civil da Presidência da República. Foi assinado protocolo de intenções para a cooperação técnico-científica e cultural pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Para o diretor-geral do Senado, Agaciél Maia, a iniciativa reforça ainda mais o compromisso do Senado, por meio do ILB e da Universidade do Legislativo (Unilegis), de investir na capacitação do seu quadro funcional para oferecer ao país e à sociedade a melhor prestação do serviço público.

Convênios como o assinado com a Casa Civil, explicou Agaciél, têm sido cada vez mais frequentes. Órgãos como o Banco

Central, Caixa Econômica Federal, Ministério da Marinha e Tribunal de Contas da União (TCU) têm treinado seus funcionários graças a acordos como esse. O ILB oferece 40 cursos anuais, além da recém-lançada especialização em Administração Legislativa, em convênio com a UnB.

– Até 1995, só dispúnhamos de um pequeno centro de treinamento. Foi então que o presidente José Sarney decidiu investir na criação do ILB. Dois anos depois, com a abertura da Unilegis, demos um passo ainda mais importante.

O trabalho vem dando excelentes resultados, como atesta o diretor-geral do Senado, onde 62% dos servidores têm nível superior.

Também estiveram presentes à cerimônia o 1º secretário do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP); o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga; e o secretário executivo da Casa Civil, Swedenberger Barbosa.

Marina e Ideli apelam em favor da Mata Atlântica

Ato no Senado celebra o Dia Nacional dessa floresta, cuja preservação é tema de projeto de lei

Para comemorar o Dia Nacional da Mata Atlântica, celebrado ontem, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participou de ato no Senado e pediu rapidez na aprovação do projeto de lei que trata da preservação desse bioma, cuja vegetação hoje alcança apenas 7% de seu território original. O projeto (PLC 107/03) ficou quase 12 anos em tramitação na Câmara, onde foi aprovado há seis meses. Agora, aguarda exame do Senado. Segundo a líder do governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), presente à cerimônia, o Executivo tem compromisso com a aprovação dessa matéria.

A intenção, explicou Ideli, é que seja votado um requerimento pedindo urgência na tramitação do projeto de lei. O projeto aguarda parecer de César Borges (PFL-BA) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Tanto a urgência quanto a matéria devem ser votadas logo que a pauta do Senado for liberada, afirmou a líder do PT. As votações do Senado estão paralisadas e só po-



Célio Azerêdo

LUTA Marina Silva (C) e Ideli Salvatti (D) empossam Grupo de Trabalho da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente

derão acontecer após o exame de duas medidas provisórias.

Durante o ato de comemoração, Marina Silva parabenizou as pessoas que trabalham para preservar a Mata Atlântica e disse esperar que em um futuro breve a preocupação com a preservação ambiental seja parte do cotidiano de todos os brasileiros. A ministra considerou que não há justificativa para que o Senado não aprove ou demore a aprovar o projeto de lei da Mata Atlântica. “Boa parte dos parlamentares é sensível à questão”, afirmou.

O projeto da chamada Lei da Mata Atlântica foi apresentado em 1992 pelo então deputado Fábio Feldman (PSDB-SP), e trata de normas de proteção e uso sustentável da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica. O ponto mais polêmico so-

bre o projeto é o que permite o pagamento pelo governo de indenização a proprietários de terra que se sintam prejudicados pela lei.

Ideli sugeriu que seja mantido o texto aprovado na Câmara para evitar a volta do texto àquela Casa. Se for o caso, o presidente Lula vetará as partes indesejáveis.

No ato comemorativo foram empossados os membros do Grupo de Trabalho da Mata Atlântica do Ministério do Meio Ambiente e também foi entregue o prêmio Muriqui, que beneficia uma pessoa e uma empresa que tenham se empenhado na conservação da Mata Atlântica. Os premiados deste ano foram o arquiteto Fredmar Corrêa e o Museu de Biologia Professor Mello Leitão, do Espírito Santo.

Saturnino quer informações sobre baía

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) pediu ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que solicite à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro o relatório da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apontou atraso na execução do projeto de despoluição da Baía de Guanabara e o fato de 80% dos recursos já terem sido gastos quando apenas 10% do projeto teriam sido desenvolvidos.

Segundo Saturnino, a CAE concedeu, há alguns anos, autorização ao governo do Rio de Janeiro para contrair empréstimo destinado a despoluir a baía. O senador deseja que a comissão avalie que providências tomar.

Ideli pede pressa na votação e distribui mudas de pau-brasil

Em alusão ao Dia da Mata Atlântica, a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), pediu ontem pressa na votação do projeto de lei (PLC 107/03) com normas de preservação desse ecossistema. A matéria passou 12 anos parada na Câmara dos Deputados e, desde o final de 2003, está no Senado.

Para marcar seu discurso com um gesto simbólico, a senadora entregou mudas de pau-brasil ao presidente da sessão plenária, Paulo Paim (PT-RS), e ao relator do projeto, César Borges (PFL-BA). As mudas foram enviadas pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, senadora licenciada pelo Acre.

A parlamentar catarinense descreveu o esforço feito em

negociações com os líderes partidários para que a matéria seja votada no Plenário. Ela lembrou que a demora acaba levando a mais destruição: nos 12 anos de espera na Câmara dos Deputados foi perdido um milhão de hectares da mata, que hoje reduz-se a 7% da cobertura vegetal existente na época do Descobrimento do Brasil.

Entre os eventos que estão marcando o Dia da Mata Atlântica, a senadora destacou a entrega do prêmio Muriqui a pesquisadores e a entidade ambientalista do Espírito Santo que faz trabalho de preservação da floresta. Segundo a líder petista, Santa Catarina é o estado com a maior área de Mata Atlântica preservada.

Senadores criticam DAC por suspender promoção

■ Criação da Agência Nacional de Aviação Civil é defendida durante audiência pública no Senado

A decisão do Departamento de Aviação Civil (DAC) de suspender a promoção da Gol e a própria existência do órgão foram questionadas por diversos senadores durante a audiência promovida ontem pela Subcomissão de Turismo do Senado.

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a atuação do departamento, apontando autoritarismo na condução da aviação comercial brasileira por militares. Ele defendeu a aprovação do projeto que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac),

que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 3.846/00). Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou que a Confederação Nacional dos Usuários de Transportes (Conut) vai entrar com ação contra a medida adotada pelo DAC.

Hélio Costa (PMDB-MG) acusou o órgão de agir com autoritarismo e também se manifestou a favor da criação imediata da Anac, anunciando ainda a apresentação de projeto de sua autoria para adequar o Código Brasileiro de Aeronáutica à legislação de defesa da concorrência.

O presidente da subcomissão, Paulo Octávio (PFL-DF), informou que, durante encontro com o presidente Lula, em companhia de outros integrantes do colegiado, defendeu a

criação da Anac. Segundo o senador, Lula determinou à Casa Civil que retome a análise da proposta.

Já Roberto Saturnino (PT-RJ) destacou que a regulação do setor continua sendo o papel do DAC. "Se começa uma guerra tarifária, a Gol vai para o buraco e todas vão para o brejo."

Em resposta a Leonel Pavan (PSDB-SC), o diretor do DAC, major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, afirmou que o departamento não está promovendo a formação de cartel e também quer preços mais baratos.

A questão foi debatida ainda por Mão Santa (PMDB-PI), Almeida Lima (PDT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Marcos Guerra (PSDB-ES) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).



EFICÁCIA Tuma diz a estagiários da ESG que setor de inteligência bem desenvolvido teria evitado fraude em licitações no Ministério da Saúde

Tuma destaca importância do serviço de inteligência

Os serviços de inteligência podem contribuir com grande eficiência no combate ao crime organizado e na prevenção da corrupção no serviço público. A afirmação foi feita ontem pelo 1º secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), durante palestra, para 18 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), sobre "A importância do serviço de inteligência num país democrático". Ele apoiou a ideia de discutir o Plano Nacional de Inteligência para todos os setores da atividade pública.

– Precisamos traçar um plano respeitando a sociedade e trabalhando em benefício dela, pois a inteligência é que antecipa a prática do crime, e, ultimamente, estamos andando a reboque do crime – enfatizou.

Para Romeu Tuma, um serviço de inteligência bem desen-

volvido teria evitado, por exemplo, o surgimento dos "vampiros" que fraudavam licitações no Ministério da Saúde, não só detectando indícios de atividades ilícitas, mas também levantando informações para auxiliar nas decisões sobre contratações de servidores, que muitas vezes não estão disponíveis para as chefias responsáveis.

Tuma acredita que um plano de inteligência pode ser elaborado com respeito aos direitos individuais previstos na Constituição, utilizando a legislação existente contra o crime organizado para antecipar atos delituosos.

– Houve uma ruptura na estrutura de inteligência há 13 anos, e desde então o governo não conseguiu definir a atuação do Estado na área – disse o parlamentar.



POLÊMICA Dirigida por Paulo Octávio (terceiro à esquerda), subcomissão debate redução de tarifas

Diretor justifica veto a passagens de R\$ 50

A continuidade da venda de passagens por R\$ 50, pela empresa aérea Gol, poderia levar o setor a enfrentar nova guerra tarifária, sustentou o diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), major-brigadeiro-do-ar Washington Machado, durante a audiência. Ele disse que o órgão agiu de acordo com as normas legais, a fim de "coibir atos contra a ordem econômica e assegurar interesses dos usuários".

O vice-presidente de gestão da Gol, Wilson Maciel Ramos, afirmou que as técnicas modernas de administração da empresa tornam possíveis as promoções. O presidente da TAM, Marco Antônio Bologna, ponderou que usar o custo marginal variável é perigoso no caso de uma linha aérea, especialmente no Brasil, onde a receita

por assento vendido é 45% inferior à média internacional.

Já o presidente da Vasp, Wagner Canhedo, ressaltou que a promoção da Gol foi jogada de marketing e que o DAC adotou a decisão necessária. O representante da Varig, Delfino da Costa Almeida, disse que a guerra tarifária levou à extinção de empresas nos Estados Unidos.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), presidente da Subcomissão de Turismo, assinalou que o transporte aéreo é utilizado por apenas 7% da população brasileira, por causa do preço das passagens e até da falta de costume de se deslocar por meio de avião. Ele recordou que 30 mil pessoas haviam conseguido adquirir bilhetes pelo valor de R\$ 50, antes de o Departamento de Aviação Civil suspender a promoção.

▼ Projeto da Anac está na Câmara

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é prevista em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados desde 2000 (PL 3.846), e se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando a redação final. A proposta foi enviada pelo Executivo ao Congresso em cumprimento à Lei Complementar 97/99, que instituiu o Ministério da Defesa. A lei prevê, no artigo 21, a criação da Anac, que absorveria funções do Departamento de Aviação Civil (DAC) e da Infraero.

A agência será responsável pela regulamentação do transporte aéreo civil no país, o que inclui a distribuição de linhas aéreas entre as companhias, a fixação de normas para o transporte de passageiros e o controle do preço das passagens.

Um dos pontos considerados polêmicos na proposta é a vinculação da Anac ao Ministério da Defesa.

Tourinho pede mais incentivo para aumentar venda de CDs

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) sugeriu ontem que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) eleve a 70% dos direitos autorais o desconto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado de produtoras de CDs de música. A medida, proposta pelo governo da Bahia, visa estimular a produção musical e o turismo.

Representante de um estado que tem nos eventos culturais grande atrativo turístico, o senador lamentou que esse incentivo, outrora equivalente a 70% dos direitos autorais, venha sendo reduzido gradualmente, situando-se atualmente em 40%.

– O incentivo levou o Brasil à posição de terceiro país no mundo em consumo de discos e CDs de seus artistas, atrás



APOIO Rodolpho Tourinho defende aprovação pelo Confaz de proposta do governo da Bahia

apenas dos Estados Unidos e do Japão – observou. Segundo o senador, com a diminuição do percentual de crédito, caiu de 80% para 69% a participação da música brasileira no faturamento do setor de discos.

A proposta baiana, recusada em 2003, por voto do secretário de Fazenda do Amazonas, será novamente colocada em votação, informou Tourinho. Ele espera contar com o apoio do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que teria se reunido com representantes do Amazonas e obtido destes a promessa de re-discutirem o assunto.

Reforma do Judiciário recebe cem novas emendas

Terminou ontem o prazo para os senadores apresentarem requerimentos de destaque à proposta de emenda à Constituição que trata da reforma do Poder Judiciário, durante a sua discussão em Plenário. Até o final do dia, mais de cem pedidos haviam sido protocolados.

Para o projeto entrar em pauta já nas sessões deliberativas da próxima semana, será necessário um acordo entre os partidos que permita a aprovação das quatro medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado (a mais antiga delas, sobre os valores dos fretes da Marinha Mercante).

Temas como a súmula vinculante, o fim do nepotismo, a composição do Conselho Nacional de Justiça, a quarentena dos juízes e as competências do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Ministério Público são os principais alvos dos pedidos de votação em separado já apresentados.

O relator José Jorge (PFL-PE) propôs um texto que, se aprovado sem modificações pelo Plenário, poderá ser enviado à promulgação.

Nesse caso, uma nova proposta de emenda constitucional será remetida à Câmara para exame, após votação no Plenário do Senado.

Os principais pontos da reforma que poderão ser promulgados são: súmula vinculante, controle externo, quarentena do Judiciário e do Ministério Público, federalização dos crimes contra os direitos humanos, extinção dos tribunais de alçada e divulgação das decisões administrativas dos tribunais.

Câmara

Os itens que deverão retornar à Câmara para nova apreciação são: súmula impeditiva de recursos, proibição de nomeação de parentes, atuação da Procuradoria Geral da República; alterações nas competências da Justiça do Trabalho, do STF, Ministério Público e do STJ; repasse de recursos orçamentários às Procuradorias Estaduais e do DF, responsabilidade da União e dos estados por danos causados por juízes e indicação de membros para os Tribunais Regionais do Trabalho.

Projeto torna mais fácil a obtenção de aposentadoria

CAS desburocratiza processo e define que trabalhador só precisa apresentar um documento ao INSS

Todo trabalhador poderá requerer aposentadoria, desde que tenha cumprido o tempo de serviço, tendo em mãos apenas a carteira de identidade. Ele não precisará apresentar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) uma série de documentos destinados a comprovar relações empregatícia e de remuneração, como ocorre atualmente. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar parecer favorável do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a projeto do Executivo (PLC 16/04). A proposta segue agora para votação no Plenário do Senado e, se aprovada, só dependerá da assinatura do presidente da República

para virar lei.

A medida atinge apenas o trabalho exercido depois de 1976. O projeto, no entender de Azeredo, tem por meta desburocratizar a solicitação de aposentadoria, tomando por base apenas as informações contidas no Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis). Esse cadastro reúne todas as informações necessárias para conceder a aposentadoria requerida pelo segurado, incluindo dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Fraudes

Azeredo, no seu relatório, enfatizou que a aprovação do projeto irá dotar o Ministério da Previdência Social de um importante mecanismo de combate a fraudes e erros administrativos, já que os dados existentes no Cadastro Nacional de Informações Sociais são

seguros e têm respaldo em outros três bancos de dados. Com isso, notou, serão bem menores as possibilidades de inserção de dados que não sejam verdadeiros ou a concessão de benefícios que contenham informações contraditórias.

As informações contidas no Cnis, de acordo com o projeto, também servirão para que o INSS faça o cálculo do salário-de-benefício, bem como comprove a filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tempo de contribuição e relação de emprego do segurado.

A presidente da CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), parabenizou o Executivo pelo envio da proposta ao Congresso Nacional, no governo passado. Os senadores Flávio Arns (PT-PR) e Ney Suassuna (PMDB-PB) também enalteceram a proposição. Para eles, o projeto vai diminuir a burocracia na hora de o trabalhador requerer a aposentadoria.



SIMPLIFICAÇÃO Decisão dos senadores vale somente para quem já cumpriu o tempo de serviço

Audiência conjunta deverá debater projeto da Lei de Biossegurança

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) solicitando a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), destinada a debater o projeto do Executivo (PLC 9/04) que institui a nova Lei de Biossegurança no país. A data ainda será marcada.

Ao contrário da CE, que já realizou duas audiências para

discutir organismos geneticamente modificados (OGMs), a Comissão de Assuntos Sociais vai centrar os debates em torno de uma outra área científica que consta do projeto sobre biossegurança: as células-tronco. Deverão ser discutidos os aspectos científicos, filosóficos e éticos da questão.

O tema, segundo os senadores, é polêmico, uma vez que o uso de células-tronco humanas no tratamento de doenças ge-

néticas não representa unanimidade entre os especialistas. As células-tronco são encontradas nos embriões.

Na mesma reunião, a CAS, presidida pela senadora Lúcia Vânia, aprovou também requerimento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pedindo audiência pública para debater possíveis intoxicações sofridas por agentes de saúde que atuam na aplicação de inseticidas no combate a endemias.



URGÊNCIA Garibaldi solicita ao governo que envie logo ao Congresso uma nova MP

Garibaldi pede renegociação de dívida para agricultores

A renegociação da dívida dos pequenos produtores rurais foi tema de discurso ontem do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ele destacou que os agricultores do Nordeste não têm condições de sobreviver sem um tratamento diferenciado.

O senador se referia ao projeto de lei de conversão que repectuou dívidas de pequenos agricultores referentes a operações de crédito rural.

Garibaldi Alves afirmou esperar que o governo envie logo outra medida provisória. Se isto não acontecer até o próximo dia 1º de junho, toda a renegociação desses débitos, "conseguida a duras penas no Congresso", estará definitivamente encerrada.

– E aí o agricultor nordestino, que hoje ainda consegue prorrogar seus débitos e pagá-los com rebate de até 70%, quando se trata de um agricultor do semi-árido, não terá mais essa possibilidade. Não terá mais nem mesmo a possibilidade de ter seus débitos prorrogados e isso se constitui numa preocupação muito grande para todos nós.

Garibaldi Alves considerou promissora a notícia de que o Conselho Monetário Nacional aprovou uma dilatação de 60 dias para esse projeto de lei de conversão, mas destacou que isso ainda não soluciona o problema.

O senador apelou para que o governo examine com sensibilidade a situação desses agricultores e envie uma nova MP.

– Se a prorrogação faz com que os agricultores se sintam aliviados, ela não é tão abrangente, porque não vai resolver o problema de 100% dos agricultores que têm problemas de crédito. Acho que uma nova MP vai resolver parcialmente o problema, mas não definitivamente – concluiu.

Comissão aprova nomes de três embaixadores

■ Indicações para a Suécia, Ordem de Malta e Romênia serão agora examinadas pelo Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem três indicações do presidente da República para embaixadas brasileiras – todas com 16 votos favoráveis. O diplomata Oto Agripino Maia deve ocupar a embaixada da Suécia. Para a Soberana Ordem Militar de Malta foi aprovado o nome de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, que acumulará o cargo com o de embaixadora na Santa Sé. Na Romênia, o Brasil terá o embaixador Hildebrando Tadeu Nascimento Valladares. As indicações necessitam ainda de votação em Plenário.

O relator da indicação de Oto Agripino Maia, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), observou, citando dados do Itamaraty, que o desequilíbrio da balança comercial entre o Brasil e a Suécia – quase US\$ 250 milhões a favor daquele país – aponta para a conveniência de uma política de exportação de produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. As possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil também são promissoras, segundo o Itamaraty. Há atualmente 170 empresas suecas no país, que empregam 30 mil pessoas e movimentam US\$ 5,1 bilhões.



DECISÃO Suplicy (C), entre os diplomatas Oto Agripino Maia e Hildebrando Valladares, preside reunião que analisou as indicações

Segundo o diplomata Oto Agripino Maia, a Suécia é um dos dez maiores investidores do Brasil e há perspectivas de aplicação, até 2005, de cerca de US\$ 3 bilhões.

O relator *ad hoc* para a indicação da embaixadora em Malta, senador José Agripino (PFL-RN), destacou a competência da diplomata Vera Lúcia Machado. Ele informou que a Soberana Ordem Militar de Malta é uma instituição cuja história remonta ao século 11 e que sua origem está ligada à época das Cruzadas. De natureza religiosa, a ordem fixou-se em Roma em 1834. É obrigação de todos os membros se conformarem aos ensinamentos da Igreja Católica Romana e se dedicarem ao serviço da ordem, em particular à atividade hospitalar e social. Alguns de seus membros fazem votos de pobreza, castidade e obediência, outros são ordenados sacerdo-

tes, lembrou Agripino.

Relator da indicação para a embaixada na Romênia, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) ressaltou que a cooperação e a presença efetiva do Brasil nos países que se integrarão à União Europeia são de grande relevância. A Romênia, afirmou o parlamentar, deve tornar-se sócia plena da União Europeia em 2007.

– Sendo o único país latino nos Balcãs, e em franca abertura comercial, para nós é muito importante essa aproximação, e o embaixador Valladares poderá prestar grandes serviços – disse Mestrinho.

Durante sua exposição, o diplomata salientou que os dois países vivem, desde 1990, o melhor período de suas relações bilaterais. E até o ingresso da Romênia na União Europeia, acrescentou, será o melhor período para ampliar as relações comerciais.

Senadores vão discutir reunião da Unctad

Os integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional deverão discutir na próxima quinta-feira, 3 de junho, a partir das 10h, a possibilidade de participação do Senado na 11ª Reunião da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), a ser realizada de 12 a 14 de junho, em São Paulo. O presidente do colegiado, Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que os senadores foram convidados para encontro, na ocasião, com o secretário-geral

da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan.

Suplicy explicou que o representante da ONU em Brasília, Carlos Lopes, lhe solicitou a formação de um grupo de senadores que poderia se transformar em uma Bancada do Milênio. Os parlamentares atuariam “dentro do espírito da Declaração da ONU”, que em setembro de 2000 estabeleceu uma agenda de compromissos com objetivos, metas e indicadores a serem cumpridos até 2015 pelos 192 estados-mem-

brós da Unctad.

A proposta do representante das Nações Unidas será debatida na próxima reunião da CRE. Suplicy informou que o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), deve oferecer jantar a Kofi Annan durante a 11ª Reunião da Unctad e gostaria que os senadores estivessem presentes.

Criada em 1964, a Unctad apóia países em desenvolvimento que buscam oportunidades de comércio e investimento internacionais.

PFL quer salário mínimo de R\$ 275, anuncia José Agripino

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), comunicou ao Plenário que a Executiva do seu partido decidiu ontem fechar questão em torno do valor de R\$ 275, a partir de 1º de maio, para o salário mínimo. Segundo ele, trata-se de valor modesto, mas o PFL, disse, tem compromisso com a governabilidade do país e não quer propor uma cifra mais alta, conforme desejaria.

Agripino explicou que R\$ 275 representam cerca de 15% de aumento em relação aos R\$ 240 praticados até abril. O valor proposto, acrescentou, representa apenas cerca de 5% de aumento real. No entanto, garantiu, “a cifra não quebrará a economia”.

Ele lembrou que o PFL tem posição histórica de defender aumentos acima da inflação, por isso não poderia aceitar o R\$ 260 propostos pelo governo.

– O PFL não abandona suas posições, como o PT faz com as suas, esquecendo a promessa de dobrar o valor aquisitivo do mínimo em quatro anos.



PRUDÊNCIA Segundo Agripino, valor proposto “não vai quebrar a economia” brasileira

Mata Atlântica

Agripino negou que o projeto de preservação da Mata Atlântica (PLC 107/03) não tenha sido votado porque o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador César Borges (PFL-BA), teria atrasado o parecer. Conforme ele, se matérias de grande interesse do Brasil “ficam engavetadas”, a responsabilidade é do governo, que envia ao Congresso uma “enxurrada de medidas provisórias”, travando as votações.

– É preciso colocar a carapuça na cabeça dos responsáveis, que são os integrantes do governo. Além disso, o PT tem sido pouco eficiente na busca de consenso nas negociações para destrancar a pauta, até mesmo dentro de seu próprio partido – concluiu.

Paim apresenta abaixo-assinado de petistas por valor maior

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou ontem ao Plenário documento assinado por 23 deputados e dois senadores, todos do Partido dos Trabalhadores, em defesa de um salário mínimo maior do que os R\$ 260 definidos pelo governo. Os parlamentares destacam que, “aprovar um aumento de R\$ 15, R\$ 20 ou R\$ 40 em relação à medida provisória que define um acréscimo real de 1,2% no salário mínimo, será garantido o acesso a uns poucos bens vitais para 30 milhões de trabalhadores e 13 milhões de beneficiários da Previdência Social”.

As fontes de sustentação para essa pequena majoração, conforme o documento, estão no aumento da arrecadação (12,3% a mais nos quatro primeiros meses deste ano), na redução modesta do “excessivo superávit primário” e no rema-



ORÇAMENTO Reajuste do salário mínimo pode ser superior ao definido pelo governo, diz Paim

nejamento de dotações orçamentárias menos prioritárias.

O texto lido pelo senador Paulo Paim resalta que o compromisso do PT com um novo modelo de desenvolvimento, com inclusão social e distribuição de renda e riqueza, levou o partido a se constituir na maior bancada na Câmara e colocou Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República. Essa mudança, conforme o documento, foi traduzida na campanha num ponto de fácil compreensão: dobrar o poder de compra do salário mínimo em quatro anos.